

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
“FILIAÇÃO DE ATLETAS DE FUTSAL E PESCA NA LIGA PORTUGUESA DE
DESPORTO PARA SURDOS, AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIO (EQUIPAMENTOS
DE JOGO E DE TREINO E FATOS DE TREINO), APOIO FINANCEIRO E
CEDÊNCIA DE TRANSPORTE PARA ATIVIDADES DESPORTIVAS E
PARTICIPAÇÃO NO 13º CAMPEONATO NACIONAL DE FUTSAL DE SURDOS
2026”

----- PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE CASCAIS, com o cartão de pessoa coletiva número 505 187 531 e sede na Praça 5 de outubro, nº 9, 2754-501 Cascais, representado neste ato pelo Vereador da Câmara Municipal, **FREDERICO ALMEIDA AGUIAR NUNES**, [REDACTED] natural da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], titular do cartão de cidadão número [REDACTED] válido até [REDACTED] com domicílio profissional na morada acima referida, de acordo com o despacho de delegação de competências n.º 61/2025, de 7 de novembro, adiante designado por Primeiro Outorgante. -----

----- SEGUNDO: ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA LINHA DE CASCAIS, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 503 647 691, com sede na Rua Francisco Ribeiro, Nº. 57, R/C, Alcoitão, 2645-094 Alcabideche, representada neste ato pelo Presidente da Direção, **CARLOS JOSÉ CARRASQUEIRA MARTINS**, [REDACTED], maior, natural da [REDACTED] concelho da [REDACTED] titular do cartão de cidadão número [REDACTED] válido até [REDACTED] e pelo Tesoureiro da Direção, **SÉRGIO MIGUEL RODRIGUES GOMES DA COSTA**, [REDACTED] maior, natural da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED] titular do cartão de cidadão número [REDACTED] válido até [REDACTED] ambos com domicílio profissional na morada acima mencionada, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provaram com a

constituição da Associação publicada no Diário da República nº 147, III série, de 27 de junho de 1996, Ata nº 1, de eleição dos corpos sociais para o mandato de 2025/2028 e Ata de tomada de posse nº 1, ambas realizadas em 20 de julho de 2025, documentos cujas fotocópias se arquivam, adiante designado por Segundo Outorgante. -----

----- **Considerando que:** -----

- a) Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui atribuição municipal o apoio aos tempos livres e ao desporto;
- b) Compete à Câmara Municipal de Cascais, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- c) Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do citado diploma legal compete, de igual modo, apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; --
- d) O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo; -----
- e) No Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Desportivas, publicado em DR 2.ª série, n.º 143 de 26 de julho de 2010, prevê a disponibilização de apoios materiais, humanos, logísticos e ainda a atribuição de participações, em forma de apoio ou do suporte indireto de despesas, para projetos de desenvolvimento desportivo apresentados sob a forma de candidatura pelas entidades desportivas

legalmente constituídas, com sede social ou atividade no concelho de Cascais, que se revistam de interesse para o desenvolvimento desportivo; -----

- f) A Associação de Surdos da Linha de Cascais tem como objeto “assumir a defesa dos direitos dos seus associados e das pessoas surdas em geral, sejam eles de carácter Social, Cultural, Económico, Moral ou Profissional”, conforme artigo 5º dos seus estatutos. “Organizar atividades abertas de convívio, conferências, manifestações teatrais e cinematográficas, mesas redondas, jornadas de convívio e outras atividades de carácter cultural, recreativo e desportivo”, “Fomentar, promover e participar em atividades de índole cultural, artístico e desportivo, quer sejam de âmbito regional, nacional ou internacional, criando para o efeito departamentos das diversas áreas de intervenção”, conforme artigo 6.º dos seus estatutos; -----

- g) A Associação de Surdos da Linha de Cascais, em conformidade com os artigos 11.º e 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, na sua redação atual, e em consonância com o «Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo 2025/2026 – Critérios específicos de apoio», aprovado na Reunião de Câmara de 22 de julho de 2025 (Proposta nº 954/2025), apresentou quatro candidaturas a atividade desportiva regular, sob consulta em anexo (Anexos I e II); -----

----- É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, de acordo com a deliberação camarária de 14 de julho de 2026, que se rege pelo disposto naquele Decreto-Lei em tudo o que lhe é aplicável e pelas seguintes cláusulas: -----

----- **PRIMEIRA** -----

----- **(Objeto)** -----

----- O presente contrato-programa destina-se a regular a atribuição de uma

comparticipação financeira para filiação de atletas de Futsal e Pesca na Liga Portuguesa de Desporto para Surdos, para a aquisição de vestuário (equipamentos de jogo e de treino e fatos de treino), para apoio financeiro e cedência de transporte para atividades desportivas e para a participação no 13º Campeonato Nacional de Futsal de Surdos 2026, no âmbito da candidatura submetida no portal do Município, que faz parte integrante do presente contrato-programa. -----

-----**SEGUNDA**-----

-----**(Duração do Contrato)**-----

1. O presente contrato-programa tem início na data em que for publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e vigorará até 18 meses após a data da sua assinatura. -----
2. No que respeita à execução do programa de desenvolvimento desportivo, a mesma vinculará os Outorgantes até à aprovação, em assembleia-geral de sócios, do relatório anual de atividades referente ao ano de 2025.-----
3. Caso os relatórios anuais não sejam submetidos ao Primeiro Outorgante, até 30 (trinta) dias após a realização da referida assembleia-geral, constitui-se o Segundo Outorgante na obrigação de restituir as importâncias liquidadas pela Câmara Municipal de Cascais, conforme n.º 1 e 2 do artigo 29.º do D.L. n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.-----

-----**TERCEIRA**-----

-----**(Obrigações dos Outorgantes)**-----

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a:-----
 - a) Financiar no montante de € 5.790,00 (cinco mil setecentos e noventa euros) para a filiação de atletas de Futsal e Pesca na Liga Portuguesa de Desporto para Surdos (€ 290,00), Aquisição de vestuário (equipamentos de jogo e de treino e fatos de treino)

- (€ 2.000,00) e apoio financeiro e cedência de transporte para atividades desportivas (€ 3.500,00), conforme candidatura em anexo (Anexo I); -----
- b) Financiar no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) para apoio à Participação no 13º Campeonato Nacional de Futsal de Surdos 2026, conforme candidatura em anexo (Anexo II);-----
- c) As verbas estão inscritas nas GOP's 2026 na ação 03.001.2026/31.1 (€ 5.790,00), com a classificação de despesa 02/04.07.01, e na ação 03.001.2026/31.2 (€ 2.500,00), com a classificação de despesa 02/04.07.01, e encontram-se devidamente cabimentadas;-----
- d) Proceder ao pagamento da verba, após outorga do contrato-programa, consoante disponibilidade de tesouraria, após a publicitação do presente contrato-programa na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e mediante entrega de documento(s) comprovativo(s) da(s) despesa(s); -----
- e) Filiação de atletas em Associações/Federações sem protocolo com a CMC - Proceder ao pagamento da verba, após outorga do contrato-programa, consoante disponibilidade de tesouraria e após a publicitação do presente contrato-programa na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais; -----
- f) Aquisição de equipamento – Proceder ao pagamento da verba, após outorga do contrato-programa, consoante disponibilidade de tesouraria, após a publicitação do presente contrato-programa na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e mediante entrega de documento(s) comprovativo(s) da(s) despesa(s);-----
- g) Participação em competições desportivas – Proceder ao pagamento da verba, após outorga do contrato-programa, consoante disponibilidade de tesouraria, após a publicitação do presente contrato-programa na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e mediante entrega de relatório de organização do evento; -----

h) Fiscalizar a execução do presente contrato-programa, recorrendo a todos os procedimentos administrativos adequados para este fim, nomeadamente através da realização de inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinando a realização de auditoria(s) por entidade externa. -----

2. O Segundo Outorgante compromete-se a: -----

a) Afetar os montantes disponibilizados através do presente contrato-programa exclusivamente às finalidades para as quais foram atribuídos, sob pena de devolução integral das importâncias pagas pela Câmara Municipal de Cascais;-----

b) Realizar, administrar e controlar a implementação do programa de desenvolvimento desportivo considerado no presente contrato-programa; -----

c) Sujeitar à aprovação da Câmara Municipal de Cascais, através da unidade competente (Divisão de Desenvolvimento Desportivo), toda e qualquer futura parceria ou contratação com terceiros associada ao desenvolvimento do presente contrato-programa; -----

d) Publicitar nos seus processos de comunicação uma referência ao “Apoio da Câmara Municipal de Cascais”, e, sempre que possível, reproduzir o logotipo da CMC, respeitando as normas gráficas associadas à sua utilização; -----

e) Participar ativamente nas ações de promoção desportiva implementadas pela Autarquia, mobilizando os seus praticantes desportivos para as atividades de demonstração e convívio junto da população de Cascais;-----

f) Apoio financeiro e cedência de transporte para atividades desportivas – Apresentar os documentos comprovativos de despesa e um relatório de participação nas competições associadas às despesas, onde conste o local, data e número de participantes; -

g) Participação em competições desportivas - Apresentar relatório final da competição, no prazo máximo de dois meses após término da mesma, onde deverá constar

dados estatísticos de importância (n.º participantes, origem, género, escalões etários), bem como de apreciação geral e de execução financeira e respetivos documentos comprovativos de despesa; -----

-----QUARTA-----

----- (Revisão do contrato) -----

1. Quando ocorra alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que determinaram os termos do presente contrato-programa, deve o Segundo Outorgante, enquanto responsável pela sua execução, propor a revisão dos referidos termos.-----
2. Os Primeiro e Segundo Outorgantes acordam desde já em fixar, por escrito e como adenda ao presente contrato-programa, todos os aspetos e situações de facto que, emergentes do mesmo, não tenham sido objeto do seu clausulado e se venham a revelar necessários à sua boa execução.-----
3. Aplica-se o disposto no número anterior a todos os aspetos e situações de facto que tenham a natureza de dúvidas e omissões, obtido que seja o acordo de ambos outorgantes.-
4. O presente contrato-programa poderá ser revisto nos termos previstos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual. -----

-----QUINTA-----

----- (Resolução do Contrato-Programa) -----

----- Constituem causas legítimas da resolução do presente contrato-programa o incumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 da Cláusula Terceira. -----

-----SEXTA-----

----- (Dúvidas e Omissões) -----

----- As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas deste contrato-programa serão resolvidas casuisticamente, por acordo entre as partes, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objeto

expresso na Cláusula Primeira.-----

----- Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica dispensado de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir da data da sua publicitação.-----

----- O encargo resultante deste contrato no montante global de € 8.290,00 (oito mil duzentos e noventa euros), sendo que o valor de € 5.790,00, tem o cabimento n.º 127598 e o compromisso n.º 212195, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 – Capítulo económico 04 – Grupo 07 – Artigo 01, e o valor de € 2.500,00, tem o cabimento n.º 127600 e o compromisso n.º 212194, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 – Capítulo económico 04 – Grupo 07 – Artigo 01 do Orçamento da Câmara Municipal de Cascais, para o corrente ano económico. -----

----- Arquivam-se: declaração de situação contributiva regularizada à Segurança Social obtida em 24 de agosto de 2026 (válida por quatro meses), com o NISS 20004856412, certidão de situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira emitida pelo Serviço de Finanças de Cascais-I, em 25 de agosto de 2026 (válida por quatro meses) e RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo). -----

----- E, para constar se lavrou este Contrato que, depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes, perante mim, Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques, na qualidade de Oficial Público, nomeada pelo despacho do Presidente da Câmara Municipal, n.º 3/2013 de 3 de janeiro. Aos 23 de setembro de 2026.




